

ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO ESTADUAL DE PERNAMBUCO: REFLEXOS EM ESCOLAS DO ALTO SERTÃO DO PAJEÚ

Marcia Aurelia Nazário
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
marcia.nazario@ufpe.br

Luciana Rosa Marques
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
luciana.marques@ufpe.br

INTRODUÇÃO

A discussão aqui empreendida é parte de uma pesquisa em andamento de doutorado em educação, realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que tem como objeto a análise da implementação de políticas públicas de *accountability* na rede estadual de ensino de Pernambuco, a partir do Programa de Modernização da Gestão Pública (2007) e suas repercussões em escolas do sertão do estado.

A oferta da educação no Brasil apresenta o crescimento da atenção dada às avaliações em larga escala e seus resultados vêm sendo vistos como indicadores para quantificar numericamente a qualidade da educação. É notória a ênfase em contabilizar quantitativamente, com interesse em ranquear índices numéricos para avaliação de desempenho das escolas, utilizando testes standardizados.

O termo “*accountability*” é visto normalmente como denso e polissêmico. Muitas são as formas de compreendê-lo no campo das políticas. Neste estudo, elegemos a compreensão trazida por Afonso (2009), a qual associa à educação três elementos articulados: avaliação, prestação de contas e responsabilização.

É nesse contexto que este projeto de pesquisa busca encontrar seu direcionamento e analisar os impactos da política de *accountability* na rede estadual de ensino de Pernambuco e suas repercussões em escolas do sertão do estado. A escolha pelo recorte de escolas do sertão do estado surgiu de uma pesquisa prévia sobre as escolas destaque em Pernambuco, onde uma parte expressiva dos primeiros lugares do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) pertencem à Gerência Regional do Alto Sertão do Pajeú¹.

¹ Municípios que fazem parte dessa regional: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo, Tuparetama.

OBJETIVOS

Analisar as políticas de *accountability* nos índices educacionais de escolas que compõem a Gerência Regional do Alto Sertão do Pajeú, tomando como referência o Programa de Modernização da Gestão. Especificamente, a pesquisa busca: mapear as ações da prática de *accountability* que integram a política de educação básica do estado de Pernambuco; averiguar a política do IDEPE e sua relação com as perspectivas de *accountability*, assumidas pela política de educação de Pernambuco; investigar a relação dos índices educacionais alcançados pelas escolas com a proposta de *accountability*, instituída na política de educação básica do estado.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica aqui adotada é de cunho qualitativa, buscando compreender os dados de forma articulada, já que a política é assumida em muitas formas e conduzida em múltiplos contextos. Os sujeitos e as instâncias da pesquisa serão: a Gerência Regional de Educação do Alto Sertão do Pajeú, além de cinco escolas que compõem essa regional, por serem destaques nos índices da educação de Pernambuco. Os sujeitos serão gestores, professores, alunos e integrantes da comunidade escolar, no sentido de compreendermos os reflexos da *accountability* na gestão escolar. Para esta pesquisa, o instrumento adotado para a coleta de dados será a entrevista semiestruturada, pois esta contribui para organizar os dados obtidos inicialmente. Para a interpretação dos dados utilizaremos a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009).

BREVE ANÁLISE

A política educacional de Pernambuco, a partir de 2007, sob influência do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), começa a empreender uma política pautada em processos vinculados na prestação de contas e na responsabilização. Com a lei nº 13.237, que instituiu a lei de responsabilidade educacional, o governo do estado de Pernambuco, de maneira formal, inicia uma política que se baliza pelos resultados e pela prestação de contas.

O Programa de Modernização da Gestão Pública: Metas para Educação (PMGEPE/ME) é instituído no sentido de melhorar os indicadores da educação de Pernambuco, trabalhando sob a ótica da gestão por resultados. Isso se firma como uma política pública. Nesse contexto, nascem, também, o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE), o IDEPE e o Bônus de Desempenho Educacional (BDE).

O que podemos observar é que a política instituída pelo estado se constitui com forte indicação de uma gestão gerencial, a qual preza pelos resultados em detrimento dos processos vivenciados. Sabendo das disparidades e dificuldades das unidades escolares, essa política baseia-se em formas de conferir resultados que acabam por gerar concorrência entre profissionais e escolas (MELO, 2015). A escola começa a ser vista como local de decisão, com transferência de responsabilidades sob o discurso de descentralização de poder.

As avaliações externas, feitas fora da escola, como se fossem indicativos da qualidade educacional, corroboram o que Nardi e Schneider (2019, p. 35) vêm discutindo em seus estudos sobre *accountability*:

[...] as políticas que sustentam tal sistema não somente comunicam a ideia de que os resultados de avaliações externas constituem referências para a instituição de mudanças no setor, como também operam de modo a afirmá-las como ferramenta que impulsiona a promoção da qualidade.

Compreendemos que pensar em qualidade na educação tem a ver com processos mais amplos que verifiquem a infraestrutura, as condições do trabalho docente, das formações pedagógicas, dos recursos materiais e outras questões que só as avaliações externas não são capazes de refletir.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A avaliação não deve ser entendida como um fim a ser alcançado ou um simples resultado. Pensar na política de avaliação educacional requer um exame maduro das pretensões que se tem no contexto atual da educação. O destaque dado à avaliação ligada à qualidade da escola, do ensino e da aprendizagem vem trazendo encaminhamentos práticos e sanções para o seio da escola.

Esse modelo de avaliação, que deriva da compreensão de *accountability*, serve apenas para apontar dados quantitativos e legítimas práticas que conduzem à

culpabilidade, além de associar esses resultados à suposta qualidade da educação. Esse modelo estadual de gestão, pautado em gestão gerencial, imprimiu um discurso duvidoso de qualidade e valorização docente.

Esperamos, assim, obter uma visão mais clara sobre o conceito da *accountability* na política de educação do estado de Pernambuco, bem como os possíveis diálogos resultantes desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, p. 13-29, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70; LDA, 2009.

MELO, D. V. de. Quando vai falar de IDEPE, você fala de bônus”: as influências do índice de desenvolvimento da educação de Pernambuco (IDEPE) nas escolas estaduais. Recife. 2015. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDIR, Elton Luiz *Accountability* em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-Avaliador? **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 58-74. jan./abr. 2015.